

BOAS PRÁTICAS DOS JUIZADOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO TJRS

Taquara

- Nome: Grupo de Trabalho da Rede de Atendimento;
- Objetivo: Troca de ideias e de soluções sobre os mais variados temas relativos à infância entre os componentes da rede de atendimento, mediante a realização de reuniões mensais, no Foro da Comarca;
- Profissionais envolvidos: Juiz, MP, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar e representantes da entidade de acolhimento;
- Executada desde junho de 2018.

Esteio

- Nome: Busca Ativa de crianças e adolescentes de difícil colocação em família substituta
- Objetivo: Permitir a colocação de adolescentes e grupos de irmãos em família substituta
- Parceria: Instituto Amigos de Lucas
- Executada desde dezembro de 2018
- Resultados: Colocação de um grupo de três irmãos de 10 e 11 anos em família substituta, além de adoção de outro com 10 anos.

Guaporé

- Nome: Grupo de Apoio à adoção
- Profissionais envolvidos: Assessoria, CREAS e psicóloga voluntária
- Executado desde 2016
- Resultados: além da ampliação do perfil nas fichas cadastrais, pelos candidatos, o grupo permite o aprofundamento do debate a respeito de diversos temas que envolvem à adoção, além de propiciar maior transparência na dinâmica dos procedimentos e estímulo à ampliação de consciência quanto ao ato de adotar.

Pelotas

Nome: Audiência concentrada preliminar

Objetivo: Reunir a rede de proteção para discutir, dentro do processo, a situação de cada criança acolhida e de sua família, estabelecendo planos para reintegração familiar, quando for o caso. Nesse sentido, anteriormente ou logo após o acolhimento, realiza-se a audiência concentrada preliminar, da qual participam, além das partes, todos os atores da rede protetiva que atuaram ou atuarão no caso. Na audiência, após a discussão do caso, é traçado um plano com metas, e entrega-se cópia da ata a todos os participantes, os quais a partir dali terão uma "agenda" a cumprir, remetendo relatórios ao processo.

Profissionais envolvidos: Juizado da Infância e Juventude, Entidades de Acolhimento (SAS), Cras, Creas, CT, e demais integrantes da rede protetiva.

Executado desde 2016

Resultados: Os compromissos assumidos em audiência aumentam a conscientização dos genitores sobre a necessidade de aderir aos encaminhamentos, bem como contribui para maior comprometimento da rede de proteção com o caso atendido.

Nome: Família Acolhedora

Objetivo: Inicialmente, foi implementar no Município o Programa Família Acolhedora. Uma vez promulgada a lei municipal e o decreto regulamentador, deu-se início ao projeto que visa a atender às diretrizes do ECA, especialmente quanto à preferência ao acolhimento familiar, proporcionando às crianças e adolescentes um cuidado individualizado, dentro de uma família, até que seja definida a sua situação jurídica.

Profissionais envolvidos: Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público e Secretaria de Assistência Social.

Executado desde março de 2017

Resultados: Atualmente, 26 crianças e adolescentes estão em famílias acolhedoras. Duas entidades de acolhimento já puderam ser extintas em razão do êxito do programa.

Nome: Entrega Protegida

Objetivo: Divulgar para a sociedade e, especialmente, para os profissionais que trabalham na rede de saúde e assistência social, o direito da genitora de entregar o filho em adoção, e a forma de fazê-lo corretamente, obedecendo às normas do ECA.

Profissionais envolvidos: Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público, Rede de Saúde e Socioassistencial do Município, Conselho Tutelar, Hospitais.

Parceria com os municípios jurisdicionados: firmado termo de integração operacional

Executado desde outubro de 2016

Resultados: Duas entregas voluntárias à adoção, e três acompanhamentos de gestantes que pretendiam entregar os filhos à adoção, porém mudaram de ideia no decorrer do acompanhamento ou após o parto.